

SIMARSUL - SANEAMENTO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, S.A.

CONCURSO PÚBLICO

COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS
DE ELEVAÇÃO DE CARGA, POR LOTES:

LOTE I – DIFERENCIAIS, PÓRTICOS E PONTES ROLANTES

LOTE II – MONTA CARGAS E ELEVADOR

CADERNO DE ENCARGOS

015/CPI/2025

MAIO DE 2025

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir nos 2 (dois) contratos a celebrar com a SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A. na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de bens e serviços para manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de elevação de carga, correspondendo um contrato a cada um dos seguintes lotes:

- a) Lote I – Diferenciais, pórticos e pontes rolantes;
- b) Lote II – Monta-cargas e elevador.

Cláusula 2.^a

Contrato

- I. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos interessados e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (doravante abreviadamente designado por CCP);
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Cocontratante.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Cocontratante nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos referidos no n.º I da presente Cláusula.

Cláusula 3.^a

Prazo contratual

O contrato inicia-se na data da sua celebração, mantendo-se em vigor pelo prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses, exceto se a entrega integral dos bens e execução de todos serviços à SIMARSUL ocorrer em data anterior, caso em que operará automaticamente o respetivo termo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Secção I

Obrigações do Cocontratante

Cláusula 4.^a

Obrigações do Cocontratante

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação e regras técnicas aplicáveis e no presente Caderno de Encargos, da celebração do contrato decorrem para o Cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - a) Proceder à manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de elevação de carga das infraestruturas da SIMARSUL, fornecendo os bens e prestando os serviços para o efeito necessários, dentro do prazo contratado, de acordo com o presente Caderno de Encargos, em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam;
 - b) Prestar as informações que forem solicitadas pela SIMARSUL;
 - c) Respeitar, em tudo o que seja aplicável e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de Organismos Oficiais, as instruções de produtores ou de entidades detentoras de patentes e os procedimentos da SIMARSUL para o efeito;
 - d) Cumprir as condições de garantia dos bens e serviços a fornecer (que deve abranger a substituição dos bens defeituosos ou discrepantes e incluir todas as despesas em que o fornecedor incorra, incluindo as de recolha, transporte e entrega, nas instalações da SIMARSUL);
 - e) Garantir a continuidade do fornecimento da totalidade dos bens objeto do contrato;

- f) Proceder à substituição dos bens fornecidos que estejam desconformes com o presente Caderno de Encargos ou com os respetivos fins, sem quaisquer encargos para a SIMARSUL e no prazo razoável que lhe for determinado;
 - g) Executar o contrato tal como descrito no presente Caderno de Encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, de acordo o presente Caderno de Encargos e a sua proposta;
 - h) Cumprir as condições fixadas para a execução do contrato;
 - i) Sujeitar-se ao acompanhamento e à ação fiscalizadora da SIMARSUL;
 - j) Elaborar um relatório para todas as infraestruturas abrangidas pela intervenção, até ao dia 10 (dez) do mês seguinte à data da sua conclusão, com indicação dos bens fornecidos e evolução de todas as tarefas objeto da prestação de serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato;
 - k) Disponibilizar o número suficiente de técnicos com qualificação adequada, de forma a garantir uma correta articulação entre o Cocontratante e os representantes SIMARSUL;
 - l) Assegurar o correto funcionamento dos bens intervencionados, de acordo com os requisitos do projeto e de forma a garantir as boas condições de exploração da infraestrutura e de segurança para pessoas e bens;
 - m) Deter todos os seguros legalmente exigidos para o exercício da respetiva atividade;
 - n) Deter e manter todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o cumprimento das obrigações contratuais assumidas;
 - o) Assegurar o cumprimento do disposto no artigo 419.º-A, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 451.º, ambos do CCP.
2. Obrigação de cumprir e fazer cumprir, junto de todo o seu pessoal afeto à prestação dos serviços, as disposições constantes nos documentos do Sistema de Sustentabilidade e Responsabilidade Social, em vigor na SIMARSUL, S.A., que se encontram em atualização permanente e disponíveis para consulta no website <https://www.simarsul.adp.pt/content/prestadores-de-servicos>.
3. Obrigação de se disponibilizar para ser auditado pela SIMARSUL, S.A, num quadro de verificação de conformidade com os requisitos instituídos pela empresa no âmbito da gestão da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, Energia e Ativos. As auditorias a realizar inserem-se na perspetiva dos referenciais normativos ISO 9001, ISO 14001, OSHAS 18001/NP 4397, ISO 50001, ISO 55001, bem como quaisquer outros referenciais em que a empresa se venha a certificar, no que respeita ao

controlo de fornecedores (e subcontratados) e incidirão apenas sobre os aspetos relacionados com a prestação de serviços à SIMARSUL.

4. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens e serviços

1. O Cocontratante obriga-se perante a SIMARSUL a entregar os bens e a prestar os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.
2. Os bens e serviços objeto do contrato devem ser entregues, instalados e prestados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todos os materiais de apoio necessários à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
4. O Cocontratante é responsável perante a SIMARSUL por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que aqueles lhes sejam entregues e instalados.

Cláusula 6.^a

Quantidade e características dos bens e serviços

1. O Cocontratante deve fornecer os equipamentos e materiais e prestar os serviços indicados no **Anexo I** do presente Caderno de Encargos, por lote, considerados para assegurar a manutenção dos equipamentos de elevação de carga das infraestruturas da SIMARSUL, de acordo com as características técnicas definidas e quantidades estimadas, após solicitação e de acordo com as necessidades da SIMARSUL:
 - a) Lote I (Diferenciais, pórticos e pontes rolantes – equipamentos destinados ao transporte vertical e horizontal de bens e mercadorias em edifícios, de capacidade de carga até 4 ton);

- b) Lote II (Monta-cargas - equipamentos destinados ao transporte vertical de bens e mercadorias em edifícios, com capacidade de carga nominal até 2000 kg e elevador – equipamento destinado ao transporte vertical de pessoas e bens ou mercadorias em edifícios, com velocidade inferior a 1,6 m/s).

Cláusula 7.^a

Entrega dos bens e execução dos serviços

1. As infraestruturas abrangidas no presente contrato são todas as infraestruturas exploradas pela SIMARSUL, sitas na Península de Setúbal. Encontra-se disponível em <http://www.simarsul.adp.pt/> informação sobre a localização e agrupamento das infraestruturas abrangidas por subsistema, permitindo a sua visualização através da aplicação do Google Earth.
2. Para a execução do objeto do presente contrato, considera-se que o Cocontratante se inteirou da tipologia dos equipamentos e infraestruturas consideradas no âmbito do presente fornecimento de bens e serviços e dos locais onde os mesmos se irão efetuar, na Península de Setúbal, e das respetivas condições, para além das informações fornecidas nos documentos que fazem parte integrante do contrato.
3. Para efeitos das ações de manutenção, devem ser consideradas as infraestruturas e equipamentos atualmente existentes e novas infraestruturas e equipamentos que possam vir a ser integrados no Sistema.
4. A aquisição destes bens e serviços visam assegurar a normal conservação, o correto funcionamento e o controlo dos equipamentos abrangidos, de acordo com os requisitos dos fabricantes, projetos e demais regulamentação e legislação aplicável e garantir as condições de segurança nos locais onde se encontram instalados, nas infraestruturas em consideração exploradas pela SIMARSUL. Visam também a minimização dos consumos energéticos dos equipamentos abrangidos e dos gastos com consumíveis, através de ações de manutenção preventiva e corretiva.
5. O Cocontratante obriga-se a respeitar, em tudo o que seja aplicável aos trabalhos a realizar e não esteja em oposição com os documentos do contrato, a legislação em vigor aplicável, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de Organismos Oficiais, as instruções de produtores ou de entidades detentoras de patentes e os procedimentos internos da SIMARSUL para o efeito.
6. Os serviços a prestar no âmbito do contrato devem ser assegurados por técnicos qualificados e adequados a cada tipo de sistema e equipamentos a intervir.

7. Os trabalhos devem ser efetuados em tempo útil e de modo a não serem alteradas as condições de exploração e de segurança.
8. O Cocontratante obriga-se a assegurar a entrega dos bens objeto do presente Caderno de Encargos no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da receção da respetiva nota de encomenda da SIMARSUL.
9. O Cocontratante obriga-se a assegurar a execução de serviços objeto do presente Caderno de Encargos, urgentes e não urgentes, solicitados e definidos como tal pela SIMARSUL, em conformidade com o estabelecido contratualmente, nos dias úteis, entre as 9h00 e as 18h00.
10. Consideram-se serviços urgentes a prestar e solicitados como tal pela SIMARSUL, os serviços com implicações na eficiência do processo e segurança das instalações e pessoas, nas infraestruturas abrangidas.
11. O Cocontratante obriga-se a iniciar serviços urgentes referidos no número anterior no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a chamada da SIMARSUL e a iniciar os trabalhos tidos como não urgentes, também referidos nesse ponto, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) horas, nos dias úteis.
12. Para o elevador de transporte de pessoas, o Cocontratante obriga-se a iniciar os serviços de desencarceramento e resgate de passageiros no prazo máximo de 1 (uma) hora.
13. Os fornecimentos de bens e as prestações de serviços devem ser assegurados de acordo com o planeamento e ordens de trabalho definidos pela SIMARSUL para o efeito.
14. Antes da execução dos trabalhos, deve ser fornecido o respetivo planeamento, indicando a data, hora, equipamento e local a intervir, equipa, responsável e tipo de trabalho previsto realizar, ao gestor do contrato da SIMARSUL designado para o efeito.
15. O Cocontratante deverá apresentar, relativamente a cada pedido de execução de serviços, um orçamento para a sua execução, em conformidade com os preços unitários estabelecidos contratualmente.
16. A SIMARSUL não assume o pagamento de quaisquer serviços que não tenham sido previamente aprovados.
17. O Cocontratante assume inteira responsabilidade pela qualidade e adequação técnica dos trabalhos realizados e dos meios utilizados no âmbito da presente prestação de serviços.
18. Após qualquer intervenção efetuada deve ser garantida a reposição dos requisitos mínimos de segurança dos equipamentos, em conformidade com o previsto no Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 e fevereiro.

19. Após cada intervenção, o Cocontratante é responsável por manter os locais no estado de limpeza em que os encontrou, face à natureza dos trabalhos executados.
20. Quando forem detetadas anomalias que impliquem a necessidade de intervenções de manutenção urgentes, o Cocontratante deve informar, de imediato e por SMS, o gestor do contrato da SIMARSUL designado para o efeito.
21. O Cocontratante é responsável pelas condições de manuseamento dos equipamentos que ainda se encontrem dentro do período de garantia do fabricante, de modo a que não se incorra na perda ou diminuição dessa garantia.
22. É da responsabilidade do Técnico Responsável de Trabalhos do Cocontratante confirmar a realização das manobras, bloqueios e outras medidas de segurança, antes, durante e após a execução dos trabalhos.
23. O Cocontratante obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens e execução dos serviços objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
24. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local da entrega e instalação, bem como do pessoal a afetar à prestação de serviços, estão incluídos nos preços unitários contratualizados e são da responsabilidade do Cocontratante.
25. Todas as demais ferramentas e consumíveis (bens ou produtos destinados a serem gastos ou consumidos na sua própria utilização) necessários para assegurar a realização deste fornecimento de bens e prestação de serviços, consideram-se incluídos nos preços unitários contratualizados.
26. A Manutenção Preventiva dos Equipamentos de Elevação de Carga contempla o seguinte, para os lotes indicados:

25.1. Lote I

A verificação dos **diferenciais elétricos, diferenciais manuais, pontes rolantes e Pórticos** instalados nas infraestruturas exploradas pela SIMARSUL inclui a verificação das prescrições mínimas de segurança, em conformidade com o previsto no Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro e tendo em consideração demais regulamentação em vigor, por Organismos de Inspeção acreditados no âmbito do Sistema Português da Qualidade.

Apresenta-se de seguida a lista de tarefas consideradas como requisitos mínimos na

verificação destes equipamentos, a realizar de dois em dois anos:

- Verificar e assegurar que os equipamentos de trabalho são adequados ou convenientemente adaptados ao trabalho a efetuar e garantem a segurança e a saúde dos trabalhadores durante a sua utilização e compreendem, designadamente:
 - Identificação dos normativos aplicáveis ao equipamento a verificar;
 - Análise de toda a documentação técnica aplicável aos equipamentos a verificar;
 - Inspeção visual e inspeções funcionais (incluindo simulação de falhas), de forma a assegurar a verificação de elementos mecânicos, elétricos, protetores e dispositivos de proteção conforme o exigido legalmente;
 - Realização de ensaios funcionais;
 - Elaboração de instruções de trabalho por classe de equipamento, na ausência de documentação existente na SIMARSUL;
 - Avaliação, identificação e listagem das “Não Conformidades” de acordo com a legislação em vigor e com descrição dos fatores de risco para o trabalhador;
 - Definição de medidas de prevenção, proteção e melhoria com vista a eliminação ou redução de riscos, fazendo referência a cada equipamento verificado:
 - A identificação da infraestrutura;
 - A identificação do número de inventário do equipamento;
 - A identificação do equipamento de trabalho;
 - A existência de equipamento auxiliar, paralelo ou de reserva;
 - Local e data da sua realização;
 - O prazo adequado para reparar as deficiências detetadas, se necessário;
 - As condições para utilização do equipamento;
 - Os riscos, caso existam, para os trabalhadores decorrentes do equipamento de trabalho ou de alterações ao mesmo que possam afetar os trabalhadores, ainda que não os utilizem diretamente;
 - Definição de medidas de prevenção, proteção e melhoria com vista a eliminação ou redução de riscos (resolução de não conformidades/medidas de melhoria);

- Esta compilação inclui a entrega de um ficheiro no formato “.xlsx”, editável, com o resumo atualizado de todos os relatórios produzidos.
- Emissão de relatórios de verificação dos equipamentos de trabalho, compilados por infraestrutura, de acordo com DL n.º 50/2005, de 25 de fevereiro, em formato digital (pdf.), fazendo referência a cada equipamento verificado:
 - A identificação da infraestrutura;
 - A identificação do número de inventário do equipamento;
 - A identificação do equipamento de trabalho;
 - A existência de equipamento auxiliar, paralelo ou de reserva;
 - O tipo de verificação e ensaios realizados;
 - Local e data da sua realização;
 - O prazo adequado para reparar as deficiências detetadas, se necessário;
 - A identificação da pessoa competente que realizou a verificação e/ou ensaios;
 - As condições para utilização do equipamento;
 - Os riscos, caso existam, para os trabalhadores decorrentes do equipamento de trabalho ou de alterações ao mesmo que possam afetar os trabalhadores, ainda que não os utilizem diretamente;
 - Definição de medidas de prevenção, proteção e melhoria com vista a eliminação ou redução de riscos (resolução de não conformidades/medidas de melhoria).
- Colocação de etiquetas com os resultados das verificações realizadas. Em cada equipamento de trabalho verificado, deverá ser colocada uma etiqueta com marcação da conformidade do equipamento, atendendo aos seguintes critérios:
 - A Classificação do resultado da verificação será estabelecida em 3 estados:
 - Conforme;
 - Condicionado;
 - Não Conforme;
 - Para cada um dos estados anteriores, a etiqueta terá uma cor:

- Verde, "Conforme";
- Amarelo, "Condicionado";
- Vermelho, " Não conforme";
- As etiquetas deverão ser em material resistente e que permita a fixação adequada;
- Em cada etiqueta deverá estar registado a "Verificação DL50/2005", o estado da verificação, a data da verificação e o n.º do relatório respetivo;
- As etiquetas a utilizar na prestação de serviços terão que ser previamente aprovadas pela SIMARSUL.

Os serviços a prestar no âmbito do contrato devem ser assegurados por pessoas competentes, nos termos do Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro.

É da responsabilidade do Cocontratante assegurar todas as condições necessárias para a realização das verificações aos equipamentos de elevação de carga em consideração, incluindo a aquisição de materiais consumíveis. A SIMARSUL prestará a colaboração necessária, sempre que solicitada, e dentro das suas possibilidades.

25.2. Lote II

A manutenção preventiva dos **17 monta-cargas** e de **1 elevador** instalados nas infraestruturas exploradas pela SIMARSUL deverá ser realizada de forma a manter a instalação de elevação em boas condições de segurança e funcionamento, conforme o disposto no **número I do Anexo II do D.L. n.º 320/2002 de 28 de dezembro**, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 65/2013 de 27 de agosto, **contrato de manutenção simples** no âmbito do estipulado na alínea a) do número I do artigo 5º e demais legislação vigente e aplicável. O Cocontratante deverá elaborar os planos de manutenção preventiva, de acordo com tarefas e periodicidades definidas pelos fabricantes e instaladores, as boas regras da arte e regulamentação em vigor para os equipamentos abrangidos. Antes da execução dos planos de manutenção preventiva, o Cocontratante deve submetê-los à aprovação da SIMARSUL.

Apresenta-se a seguir a lista de tarefas consideradas como requisitos mínimos para a elaboração dos planos de manutenção preventiva sistemática dos equipamentos abrangidos:

- Mensal: Verificar ruídos, vibrações, fugas e níveis de lubrificantes; inspecionar todos

os componentes; testar funcionamento e alinhamento do conjunto; testar dispositivos de segurança e emergência; quando aplicável, acompanhamento de processo de inspeção periódica da instalação de elevação no prazo legal, incluindo todas as tarefas necessárias;

- Anual: Revisão geral de acordo com as instruções dos fabricantes; tratamento e pintura de pontos de corrosão; testar carga máxima.

Estas tarefas bem como as periodicidades indicadas deverão ser tidas em consideração nos preços unitários das propostas a apresentar para o efeito.

A manutenção destes equipamentos deve ser realizada por uma Empresa de Manutenção de Instalações de Elevação (EMIE), reconhecida pela DGEG, nos termos da Lei n.º 65/2013, de 27 de agosto.

O técnico responsável pela manutenção assegura o cumprimento dos requisitos técnicos e de segurança dos equipamentos sob sua responsabilidade na EMIE, nos termos da Lei n.º 65/2013, de 27 de agosto.

Todo o equipamento de elevação de carga deverá, para além da marcação colocada pelo Organismo de Inspeção, ser devidamente identificado relativamente ao seu estado de manutenção, através da colocação de uma etiqueta ou registo próprio, a fornecer pelo Cocontratante e aprovado previamente pela SIMARSUL. No registo de identificação do estado de verificação deverão também ser indicadas:

- A identificação do equipamento, conforme definido pela SIMARSUL, incluindo marca, modelo, número de série e, se aplicável, a carga máxima do sistema;
- A entidade e o responsável pela verificação;
- A data da verificação;
- A data da próxima verificação e a frequência de verificação, conforme definido no respetivo plano;
- O resultado da inspeção;
- Outras informações consideradas importantes.

É da responsabilidade do Cocontratante assegurar todas as condições necessárias para a realização das manutenções preventivas aos equipamentos de elevação de carga em consideração, incluindo a aquisição de materiais consumíveis. A SIMARSUL prestará a colaboração necessária, sempre que solicitada, e dentro das suas possibilidades.

27. A Manutenção Corretiva dos Equipamentos de Elevação de Carga contempla, para os lotes I e II, efetuar a reparação ou substituição dos componentes avariados, após aprovação da SIMARSUL, de acordo a lista de preços unitários da proposta adjudicada.

O material pode, alternativamente, ser fornecido pela SIMARSUL.

As anomalias devem ser registadas e tratadas de forma a constituir o histórico do equipamento, conforme definido no sistema de informação para gestão da manutenção e ativos da SIMARSUL.

Contempla ainda a resolução das anomalias detetadas no âmbito das ações de manutenção preventiva. Essas anomalias deverão ser de imediato comunicadas e resolvidas após aprovação da SIMARSUL.

28. O fornecimento de equipamentos e materiais, incluindo montagem/aplicação contempla, para os lotes I e II, efetuar o fornecimento de bens, após aprovação da SIMARSUL, de acordo a lista de preços unitários da proposta adjudicada.

29. Durante a execução dos trabalhos devem ser recolhidos os seguintes elementos, considerados necessários para o preenchimento dos relatórios a apresentar:

- Indicação do(s) colaborador(es) afetos a cada trabalho;
- Indicação dos equipamentos afetos a cada trabalho e, nos casos aplicáveis, identificação do seu estado de controlo e apresentação de comprovativos do mesmo;
- Listagem de todos os equipamentos intervencionados com a identificação dos equipamentos (fotografia, marca, modelo, n.º de série, ano de fabrico, potência), da sua localização, n.º da Ordem de Trabalho (OT) respetiva, de acordo com referência SIMARSUL, da data da intervenção, do responsável, da data da próxima intervenção ou periodicidade prevista, dos resultados dos ensaios e medições e anomalias detetadas e de outras informações consideradas relevantes.
- Remover, transportar e enviar a destino final adequado os resíduos resultantes dos trabalhos da sua responsabilidade nos termos da legislação em vigor, por quem esteja legalmente habilitado para o efeito. Listagem da quantidade e tipologia dos resíduos removidos e indicação do destino final adequado. Evidenciar, sempre que solicitado a Guia Eletrónica de Acompanhamento de Resíduos (e-GAR), devidamente preenchida, de todos os resíduos produzidos em resultado da execução dos serviços;

- Identificação das principais dificuldades encontradas no desenvolvimento dos trabalhos e soluções encontradas para que fossem ultrapassadas;
 - Mapa justificativo dos trabalhos realizados, respetivos valores unitários, por tipo de equipamento e periodicidade e valor total faturado;
 - Propostas de reparações, otimização e melhoria.
30. A listagem indicativa de equipamentos abrangidos por lote, infraestrutura e passíveis de intervenção são os indicados no **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos.
31. Encontra-se disponível em <http://www.simarsul.adp.pt> informação sobre a localização e agrupamento das infraestruturas exploradas pela SIMARSUL e abrangidas por subsistema, permitindo a sua visualização através da aplicação do Google Earth.
32. No âmbito deste processo de Concurso, devem ser considerados para efeitos das ações de manutenção as infraestruturas e equipamentos atualmente existentes e novas infraestruturas e equipamentos que possam vir a ser integrados no Sistema.

Cláusula 8.ª

Inspecção e testes de aceitação

1. Efetuada a entrega dos bens e a execução dos serviços objeto do contrato, a SIMARSUL, por si ou através de terceiro por ela designado, procede, no prazo de 5 (cinco) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa daqueles, com vista a verificar, respetivamente, se correspondem às quantidades estabelecidas no presente Caderno de Encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais previstos no presente Caderno de Encargos e definidos na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos na lei.
2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre a funcionalidade dos bens entregues e dos serviços prestados.
3. Durante a fase da realização de testes, o Cocontratante deve prestar à SIMARSUL toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar, através de pessoa devidamente credenciada para o efeito.
4. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do Cocontratante.

Cláusula 9.ª

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na Cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens e serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a SIMARSUL deve informar, por escrito, o Cocontratante.
2. No caso previsto no número anterior, o Cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela SIMARSUL, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das alterações ou substituições necessárias pelo Cocontratante no prazo estabelecido, a SIMARSUL procede a nova análise, nos termos da Cláusula anterior.

Cláusula 10.^a

Aceitação dos bens e transferência da propriedade

1. Caso os testes a que se refere a Cláusula 8.^a comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências definidas, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do final dos testes, um auto de receção e aceitação, assinado pelos representantes do Cocontratante e da SIMARSUL.
2. Com a declaração de aceitação a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e propriedade dos bens objeto do contrato para a SIMARSUL, incluindo o risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Cocontratante.
3. A assinatura do auto a que se refere o número 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 11.^a

Garantia técnica

1. Nos termos da presente Cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o Cocontratante garante os bens objeto do contrato (equipamentos), pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de entrega e instalação dos bens contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e

com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação dos bens.

2. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c) A reparação ou substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e) O transporte dos bens ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - g) A mão-de-obra.
3. No prazo máximo de 2 (dois) meses a contar da data em que a SIMARSUL tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o Cocontratante, para efeitos da respetiva reparação.
4. A reparação ou substituição previstas na presente Cláusula deve ser realizada dentro de um prazo razoável fixado pela SIMARSUL e sem grave inconveniente para esta, tendo em conta a natureza dos bens e os fins a que os mesmos se destinam.

Cláusula 12.^a

Garantia de continuidade de fabrico

O Cocontratante deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicáveis.

Cláusula 13.^a

Dever de sigilo

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à SIMARSUL, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios

à execução do contrato.

3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenham dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a SIMARSUL lhe indique esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 14.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso do Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da SIMARSUL, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da SIMARSUL no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela SIMARSUL ou por quem atue em representação desta.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações

impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.

8. Mediante solicitação escrita da SIMARSUL, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à SIMARSUL quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a SIMARSUL de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, a SIMARSUL disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-a das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que a SIMARSUL possa razoavelmente solicitar.
12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a SIMARSUL:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a SIMARSUL por todos os prejuízos em que esta venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente Cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do Cocontratante é fundamento de resolução do contrato com justa causa pela SIMARSUL, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 15.^a

Conservação de dados pessoais

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela SIMARSUL.
2. Dependendo da opção da SIMARSUL, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 16.^a

Transferência de dados pessoais

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da SIMARSUL, exceto se o Cocontratante for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a SIMARSUL antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 17.^a

Dever de cooperação

O Cocontratante deve cooperar com a SIMARSUL ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da SIMARSUL;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

Secção II

Obrigações da SIMARSUL

Cláusula 18.^a

Obrigações da SIMARSUL

Constituem obrigações da SIMARSUL:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato pelo Cocontratante, nos termos da Cláusula 22.^a do presente Caderno de Encargos;
- b) Proceder ao pagamento do preço contratual, em conformidade com o disposto nas Cláusulas 19.^a a 21.^o do presente Caderno de Encargos;
- c) Nomear o Gestor do Contrato, para acompanhamento permanente do Contrato;
- d) Comunicar, sendo o caso, a alteração do Gestor do Contrato;
- e) Aplicar sanções contratuais ao Cocontratante, quando estas se mostrem devidas, nos termos previstos na Cláusula 24.^a do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 19.^a

Preço base e preço contratual

1. O preço contratual, por lote, não pode ser superior a:
 - a) Lote I - Diferenciais, pórticos e pontes rolantes, 558.900,00 € (quinhentos e cinquenta e oito mil e novecentos euros);
 - b) Lote II – Monta-cargas e elevador, 166.000,00 € (cento e sessenta e seis mil euros).
2. Pelo fornecimento dos bens e pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a SIMARSUL deve pagar ao Cocontratante os preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, aplicados às quantidades de bens e serviços efetivamente fornecidas e/ou prestadas, por lote.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à SIMARSUL, nomeadamente, despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. A SIMARSUL não está obrigada, e o Cocontratante não o pode exigir, ao pagamento de quantidades mínimas referentes ao fornecimento dos bens e serviços objeto do contrato.

Cláusula 20.^a

Revisão de preços

1. É admissível a revisão de preços nos termos previstos nos números seguintes.
2. A revisão de preços será efetuada do seguinte modo:
 - a) Fornecimento de bens:

A revisão de preços é indexada à taxa de crescimento do IHPC (Índice Harmonizado de Preços no Consumidor) da Zona Euro, sendo efetuada semestralmente, com efeitos ao 1.º dia de cada semestre civil seguinte à data de entrada em vigor do contrato, sempre que a variação, para mais ou para menos, do coeficiente de atualização seja igual ou superior a 1% (um por cento) em relação à unidade, face à última revisão efetuada.

O IHPC da Zona Euro (taxa de inflação) corresponde à taxa de inflação efetiva do semestre terminado, publicitada no sítio Web oficial da União Europeia, mais concretamente, nas estatísticas do Eurostat.
 - b) Prestação de serviços:

A revisão de preços é indexada à taxa de crescimento do IHPC (total excluindo habitação), sendo efetuada anualmente, durante o 1.º trimestre e com efeitos a 1 de janeiro de cada um dos anos civis seguintes após o decurso de um ano de execução contratual, sempre que a variação, para mais ou para menos, do coeficiente de atualização seja igual ou superior a 1% (*um por cento*) em relação à unidade.

O IHPC corresponde ao IHPC (taxa de inflação) prevista para o ano em curso, estimada pelo Banco de Portugal.
3. Sob pena de caducidade, a revisão de preços deve ser solicitada pelo Cocontratante nos 30 (*trinta*) dias seguintes às datas de produção de efeitos referidas no número anterior.
4. A revisão de preços aplica-se a cada um dos preços unitários constantes da proposta adjudicada relativamente aos quais se verifique a variação do coeficiente de atualização previsto nas alíneas a) e b) do número 2 da presente cláusula.
5. Em tudo o demais, aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto

Cláusula 21.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela SIMARSUL, nos termos da Cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pela SIMARSUL das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, as obrigações consideram-se vencidas com a assinatura dos autos de receção e aceitação a que se refere a Cláusula 10.^a do presente Caderno de Encargos.
3. Sem prejuízo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação em vigor à data da decisão de contratar, as faturas a apresentar pelo Cocontratante à SIMARSUL devem ser emitidas em formato eletrónico (EDI), em cumprimento do disposto no artigo 299.º-B do CCP, e conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
4. Em caso de discordância por parte da SIMARSUL, quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. As faturas eletrónicas a emitir pelo Cocontratante deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
6. Caso o Cocontratante não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores: <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab>
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5I.
7. As faturas eletrónicas deverão cumprir as regras gerais estabelecidas na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.
8. A falta de pagamento dos valores contestados pela SIMARSUL não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a SIMARSUL proceder ao pagamento da importância não contestada.

9. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
10. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 22.^a

Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela SIMARSUL, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor do contrato pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 23.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do CCP, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Contraente pública.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve

apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.

3. A SIMARSUL deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a SIMARSUL pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela SIMARSUL, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da SIMARSUL, nos termos do CCP.

Cláusula 24.ª

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a SIMARSUL pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. A SIMARSUL pode, designadamente, exigir ao Cocontratante o pagamento de sanções contratuais nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das especificações previstas na Cláusula 6.ª do presente Caderno de Encargos, uma sanção de até 5% (cinco por cento) do preço unitário do bem ou serviço correspondente por cada desconformidade;
 - b) Pelo incumprimento do prazo previsto no n.º 11 da Cláusula 7.ª do presente Caderno de Encargos, uma sanção de até 5% (cinco por cento) do preço unitário do bem ou serviço em falta, por cada dia de atraso.
 - c) Pelo incumprimento do prazo previsto no n.º 12 da Cláusula 7.ª do presente Caderno de Encargos, uma sanção de até 5% (cinco por cento) do preço unitário do bem ou serviço em falta, por cada hora de atraso.
3. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder o limite máximo de 20% (vinte por cento) do preço contratual.
4. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (vinte por cento) referido no número anterior e a SIMARSUL decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (trinta por cento).

5. A SIMARSUL pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente Cláusula nos pagamentos devidos ao Cocontratante.
6. As sanções contratuais previstas na presente Cláusula não obstam a que a SIMARSUL exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 25.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;e,
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;

- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
 5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza a SIMARSUL a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do CCP, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização.

Cláusula 26.^a

Resolução do contrato por parte da SIMARSUL

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a SIMARSUL pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. A SIMARSUL pode resolver o contrato, designadamente, em caso de atraso, total ou parcial, na entrega dos bens ou na execução das demais obrigações contratuais por período superior a 3 (três) semanas ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso excederá esse prazo.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela SIMARSUL.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (vinte por cento) do preço contratual.
5. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da Cláusula 22.^a do presente Caderno de Encargos relativamente às prestações objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
6. O disposto no número 3 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a SIMARSUL exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 27.^a

Resolução do contrato por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.

2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 28.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contrato de seguro, dos riscos inerentes à atividade objeto do contrato a celebrar, designadamente:
 - a) Seguros multirriscos;
 - b) Seguros de acidentes de trabalho.
2. A SIMARSUL pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante fornecê-la no prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 29.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 30.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a SIMARSUL e o Cocontratante relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contactos identificados no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 31.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Juízo de Contratos Públicos do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 32.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 33.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.

ANEXO I

QUANTIDADE E CARACTERÍSTICAS DOS BENS E SERVIÇOS

(a que se refere o n.º I da cláusula 6.ª do Caderno de Encargos)

(ficheiro Excel)

ANEXO II

LISTAGEM INDICATIVA DE EQUIPAMENTOS ABRANGIDOS POR LOTE, INFRAESTRUTURA E PASSÍVEIS DE INTERVENÇÃO

(a que se refere o n.º 30 da cláusula 7.^a do Caderno de Encargos)

(ficheiro Excel)